

ESTABILIDADE PRESIDENCIAL E ARRANJO INSTITUCIONAL NO URUGUAI

¹Lucas Calabró Berti (IC-UNIRIO); ²André Luiz Coelho Farias de Souza (Orientador).

1 – Departamento de Ciência Política; Centro de Ciências Jurídicas e Políticas; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

2 – Departamento de Ciência Política; Centro de Ciências Jurídicas e Políticas; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Apoio Financeiro: UNIRIO/CAPES.

Corpo do Resumo

Este trabalho analisa as causas da alta estabilidade presidencial no Uruguai desde 1985, focando em mecanismos como Múltiplo Voto Simultâneo, Voto Conjunto e o Vice-presidente presidir o Senado. A metodologia qualitativa utilizou *process tracing* e entrevistas semiestruturadas para ajudar a responder à pergunta e, assim, dividiu-se o estudo em quatro capítulos: metodologia, contextualização histórica, revisão bibliográfica e análise das entrevistas. Constatou-se que o conjunto das Instituições Políticas uruguaias contribui para a permanência presidencial, destacando-se a importância dos sistemas de Múltiplo Voto Simultâneo, Voto Conjunto e a função do Vice-presidente. A pesquisa também apontou que demais elementos do arranjo institucional são importantes para a estabilidade. Este estudo é relevante pois aborda uma lacuna na literatura sobre as causas da estabilidade presidencial no Uruguai e reflete sobre a importância de instituições fortes em contextos de crescente despolitização global e ameaças à democracia.

Palavras-chave: Estabilidade presidencial; múltiplo voto simultâneo; voto conjunto; arranjo institucional; Uruguai;

Introdução: visão geral sobre o tema estudado e relevância da pesquisa

O presente projeto visou a produção de uma pesquisa com bolsa de iniciação científica que analisou a estabilidade presidencial no Uruguai a partir de 1985, buscando responder à seguinte pergunta: De que modo o Múltiplo Voto Simultâneo, o Voto Conjunto e o fato de o Vice-Presidente da República chefiar o Senado contribuem para maior estabilidade presidencial no Uruguai? De maneira específica, objetivou-se explicar, também, como os sistemas de governo, partidário e eleitoral cooperaram para tal solidez. Buscando entender e explicar as causas da estabilidade presidencial no Uruguai, chegamos às seguintes hipóteses: 1) o conjunto de Instituições Políticas adotadas pelo Uruguai contribui para maior estabilidade presidencial neste país; 2) individualmente, o Múltiplo voto simultâneo contribui para maior estabilidade presidencial no Uruguai; 3) particularmente, o Voto Conjunto contribui para maior manutenção do Presidente uruguai no poder e 4) o Vice-presidente da República presidir o Senado e a Assembleia-geral colabora para a alta permanência presidencial. A produção de literatura fora da América Latina sobre os presidencialismos da região trouxe consigo a tentativa de qualificá-los como instáveis (LINZ 1990; MAINWARING, 1990). Dessa maneira, autores como Amorim Neto (2006), Figueiredo e Limongi (1999) e Santos e Patrício (1997) evidenciaram que a instabilidade não é, necessariamente, um traço atado a essa Instituição. Coelho (2022) demonstrou que o Uruguai foi um dos poucos países em que todos os presidentes conseguiram cumprir o mandato, tornando-se quase consenso em defini-lo como uma das democracias mais estáveis da América Latina. O desenho institucional do país é formado por um Presidencialismo com sistema eleitoral proporcional de lista fechada para eleições de cargos legislativos e sistema partidário moderado. A representação proporcional de lista tem como objetivo garantir que cada partido obtenha representação proporcional aos seus votos e o sistema de lista fechada, adotado pelo Uruguai, significa que o eleitor vota em partidos (NICOLAU, 2012). Duverger (1987) propôs que o proporcionalismo conduziria a um multipartidarismo e, a partir dessa inferência surgiram outras, como a que afirma que sistemas com até cinco partidos são considerados moderados (SARTORI, 1982). É o caso do Uruguai, onde Chasquetti e Buquet (2004) apontam que o centro gravitacional da democracia está nos partidos, se referindo ao sistema como uma “partidocracia”. O Múltiplo Voto Simultâneo admite dois métodos (BUQUET, 2003): Duplo ou Triplo (DVS e TVS). O DVS consiste na obrigatoriedade de voto respeitando a ordem lema e lista de candidatos. Já o TVS,

lema, sublema e lista de candidatos. Outra peculiaridade é o Voto Conjunto, que equivale a votar em uma mesma folha e no mesmo partido para todos os cargos em disputa. Mais uma particularidade do sistema uruguaião a ser considerada é o papel do Vice-Presidente (VP). Suas competências estão em dois artigos da Constituição de 1967 (BOTTINELLI, 2009). No 94 está descrito que ele acumulará as Presidências do Senado e da Assembleia-geral, tendo voz e voto. Já no artigo 150 define-se que no Poder Executivo haverá o cargo de Vice-Presidente da República e que nos casos de vacância do Presidente ele assumirá a função. Bottinelli (2009) o chama de cabeça do Legislativo, enquanto Fleitas de León (2021) diz que a função nada tem de Legislativa - visto que não é um Senador titular. Contudo, presidir o Senado o permite ter controle sobre a agenda, determinando o ritmo legislativo (CHASQUETTI, 2024).

Objetivo: objetivo(s) do trabalho de forma concisa

Objetivo geral:

- Analisar e identificar possíveis causas da estabilidade presidencial no Uruguai a partir do fim da ditadura militar, no ano de 1985.

Objetivos específicos:

- Investigar a relação do Múltiplo Voto Simultâneo com a estabilidade presidencial;
- Demonstrar que existe ligação entre o Voto Conjunto e a permanência do Presidente;
- Constatar que existe relação direta entre o Vice-presidente presidir o Senado e a solidez presidencial;
- Comprovar a importância do arranjo institucional uruguaião para sua estabilidade.

Metodologia:

A metodologia utilizada para realização desta pesquisa consistiu em uma análise qualitativa, a partir das ferramentas de *process tracing* e de entrevistas semi-estruturadas. A primeira ferramenta é definida como a investigação sistemática de evidências diagnósticas selecionadas e analisadas à luz de perguntas de pesquisa e hipóteses colocadas pelo pesquisador (COLLIER, 2011). Dessa maneira, o principal objetivo desse método é estudar mecanismos causais com base em estudos de caso em profundidade (BEACH, 2012). Já as entrevistas são frequentemente uma ferramenta essencial para compreender fenômenos políticos e permitem aos pesquisadores interagir diretamente com os indivíduos que povoam nossos modelos teóricos. (MOSLEY, 2013 apud FIGUEIREDO; FERNANDES; BORBA; AGUIAR, 2021) Dessa forma, foi realizada uma coleta de dados em documentos oficiais e leis, além da utilização de entrevistas semi-estruturadas com políticos e politólogos uruguaios. Assim, foi possível categorizar e interpretar os dados coletados. Igualmente, para a aplicação das entrevistas, foram formuladas perguntas que dialogaram diretamente com as hipóteses levantadas e pergunta de pesquisa.

Resultados:

Foi possível identificar e corroborar, através da união entre revisão bibliográfica e entrevistas, as hipóteses levantadas do porquê o conjunto de Instituições Políticas adotadas pelo Uruguai de fato contribui para maior estabilidade presidencial neste país e, da mesma maneira, a razão pela qual os mecanismos de Múltiplo Voto Simultâneo (MVS), Voto Conjunto (VC) e o fato do Vice-presidente da República (VP) presidir o Senado e a Assembleia-geral também são fatores que cooperam para a alta permanência dos Presidentes da República Oriental do Uruguai no cargo. Ao longo do trabalho surgiram desafios para identificar estudos e bibliografia, tanto em língua portuguesa quanto espanhola, sobre a relação entre a variável dependente - estabilidade presidencial, e as variáveis independentes - influência das ferramentas de MVS, VC e do VP presidir a Câmara Alta e dos sistemas presidencialista, eleitoral e partidário para a estabilidade presidencial. Portanto, durante o desenvolvimento da pesquisa, pôde-se constatar que a bibliografia individual já existente sobre cada uma das variáveis independentes foi crucial para explicar a razão pela qual todos esses elementos são relacionados e pensados pela engenharia institucional e constitucional uruguaiã a fim de garantir estabilidade dos partidos, que, por consequência, gera estabilidade presidencial e solidez da democracia.

Conclusões:



Dessa forma, entendeu-se que o trabalho foi relevante pois se propôs a analisar as causas da estabilidade presidencial no Uruguai, país que vem contrariando o postulado da instabilidade presidencial que historicamente atinge a América Latina. Além disso, pretendeu-se demonstrar que a democracia parece depender de Instituições e regras formais firmes, especialmente em um mundo de crescente despolitização, surgimento de outsiders e de uma extrema-direita que cresce globalmente, trazendo inúmeros riscos aos sistemas democráticos, como vimos com Bolsonaro no Brasil, Trump nos Estados Unidos, Milei na Argentina, Le Pen na França, etc. Para mais, buscou-se explicar que a participação do povo nas decisões, não somente em momentos eleitorais, parece ser um fator-chave para estabilidade dos partidos, e, sucessivamente, governabilidade e permanência de presidentes. Com essas condições, torna-se mais provável a possibilidade de implementação de políticas públicas que visem mudanças, através do processo político, as quais objetivam consolidar um sistema que seja, de fato, democrático. Se unindo a outros autores e estudos, essa pesquisa buscou expor, portanto, que nem sempre aparenta ser necessário sacrificar a representatividade para que haja governabilidade ou vice-versa – indo de encontro às teses de que a união de sistemas presidencialistas com eleitorais proporcionais gera fraqueza e crise.

Referências:

- AMORIM NETO, O. Presidencialismo e governabilidade nas Américas. Rio de Janeiro: FGV. 2006.
- BEACH, D. Process Tracing methods – an introduction. 2012.
- BUQUET, D. El doble voto simultáneo. In: Revista SAAP: Sociedad Argentina de Análisis Político, ISSN-e 1853-1970, Vol. 1, Nº. 2, págs. 317-339. 2003.
- BOTTINELLI, O. ¿Cuál es el rol del vicepresidente? El Observador. 2009.
- COLLIER, D. Understanding process tracing. PS: Political Science & Politics, v. 44, n. 4, p. 823-830, 2011.
- CHASQUETTI, D; BUQUET, D. La democracia en Uruguay: una partidocracia de consenso. Política, núm. 42, pp. 221-247. Universidade do Chile. 2004.
- CHASQUETTI, D; Entrevista realizada em Montevidéu, Uruguai. Março de 2024.
- COELHO, A. L. Por que caem os presidentes? Contestação e permanência na América Latina. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.
- DUVERGER, M. Os partidos políticos. 3a edição. 1987.
- FIGUEIREDO, A. C; LIMONGI, F. Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro: FGV. 1999.
- FIGUEIREDO, D; FERNANDES, A; BORBA, L; AGUIAR, T. H. Metodologias de pesquisa em ciência política: uma breve introdução. BIB, 2021.
- FLEITAS DE LEÓN, L. Sobre si el Vicepresidente de la República electo es titular de un cargo de legislador. Revista Derecho Público, n. 58, p. 28 - 53. 2021.
- LINZ, J. The Perils of Presidentialism, Journal of Democracy 1: p. 51–69. 1990.
- NICOLAU, J. Sistemas Eleitorais 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- SANTOS, F; PATRÍCIO, I. Modelo de comportamento legislativo sob restrições institucionais. Nova Economia, [S. l.], v. 7, n. 2, 2013.
- SARTORI, G. Partidos e sistemas partidários. Brasília: UnB, 1982.
- MAINWARING, S. Presidentialism, Multiparty Systems, and Democracy. The difficult Equation. 1990.